

Resenha: RECUERO, R. 2024. A rede da desinformação: sistemas, estruturas e dinâmicas nas plataformas de mídias sociais. Porto Alegre, Sulina, 216 p.

Desinformação como sistema: a perspectiva de Raquel Recuero sobre o papel das plataformas de mídias sociais na desordem informacional

Disinformation as a system: Raquel Recuero's perspective on the role of social media platforms in information disorder

Taís Seibt^[*] - tseibt@unisinis.br

RESUMO

A resenha apresenta a tese sustentada pela pesquisadora Raquel Recuero em seu livro “A rede da desinformação: sistemas, estruturas e dinâmicas nas plataformas de mídias sociais”. Publicada em 2024, a obra revisita estudos da desinformação como objeto e como processo, e discute os efeitos e o enfrentamento do fenômeno, com o intuito de lançar uma abordagem sistêmica para sua compreensão, de modo a promover uma discussão igualmente sistêmica para mitigar a desordem informacional.

Palavras-chave: desinformação; redes sociais; fake news.

ABSTRACT

This review presents the thesis argued by researcher Raquel Recuero in her book published in 2024. The work revisits studies of disinformation as an object and as a process, and discusses the effects and confrontation of the phenomenon, intending to launch a systemic approach for its understanding, to promote an equally systemic discussion to mitigate information disorder

Keywords: disinformation; social networks; fake news.

^[*] Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinis). Av. Unisinis, 950 – Cristo Rei – São Leopoldo (RS). CEP: 93022-750.

Introdução

A desinformação como conhecemos hoje só existe porque existem plataformas digitais como as que conhecemos hoje. Assim a pesquisadora Raquel Recuero iniciou sua fala em um curso de Enfrentamento da Desinformação em Saúde em outubro de 2024¹. Na palestra, a professora do Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sustentou conceitos-chave de sua nova obra, na qual apresenta a tese de que a desinformação é um problema sistêmico decorrente da plataformização da sociedade.

Em que pese a historiografia permita situar a influência de narrativas desinformativas em diferentes contextos históricos, com os formatos e linguagens midiáticas disponíveis em cada época, para a coordenadora do laboratório interdisciplinar de pesquisa Mídia, Discurso e Análise de Redes (Midiars) há uma distinção fundamental no fenômeno contemporâneo, que passa justamente pelo protagonismo das plataformas de mídia social nos sistemas de informação e comunicação.

A tese que apresentamos aqui, é a de que a desinformação, como a compreendemos hoje, é um problema sistêmico e que, como tal, não pode ser compreendida apenas como um objeto material ou enfrentado por uma única estratégia. Como fenômeno sistêmico, ela foi potencializada como elemento entrópico dos sistemas sociais a partir de seu acoplamento com os sistemas das plataformas de mídia social. É um problema sistêmico que existe na interação das redes sociais e suas traduções on-line e das plataformas de mídia social. É um problema, portanto, da plataformização da sociedade, agravado pelo sistema econômico que guia a monetização das plataformas (Recuero, 2024, p. 16).

Ao situar o acoplamento da desinformação ao sistema das plataformas, Recuero destaca o modelo de

negócio implicado no fenômeno contemporâneo da desordem informacional: a desinformação, diz a autora, é um negócio para quem a financia, pois permite influenciar grandes audiências, e também é um negócio para as plataformas, porque gera atenção e engaja usuários. A desinformação tem efeitos no sistema social na medida em que o capital social adquirido por certos atores com essa estratégia compromete a confiança social nas instituições e na esfera pública de modo geral. “Ela gera também problemas para os estados e governos, na medida em que também influencia negativamente decisões coletivas que podem corroer também a democracia liberal como sistema” (Recuero, 2024, p. 17).

Pode comprometer ainda ações do Estado para preservar, por exemplo, a saúde das pessoas, como exemplificam casos amplamente documentados, sobre a influência da desinformação no controle da pandemia de Covid-19, levando a própria Organização Mundial da Saúde a declarar uma infodemia². A própria autora liderou um amplo levantamento, no laboratório Midiars, sobre a influência de agentes públicos na promoção de medidas ineficazes contra o coronavírus em seus perfis nas redes sociais digitais (Recuero, 2021).

É com a autoridade de quem estuda o desenvolvimento das plataformas de mídias sociais desde os primórdios que Recuero sustenta a tese da desinformação como sistema em “A rede da desinformação”. Seu primeiro livro, “Redes Sociais na Internet”, publicado em 2009, ilustra o pioneirismo da autora como referência para os estudos da área, inaugurando, à época, uma compreensão amplificada sobre como atores sociais aumentam o seu capital social a partir de conexões em rede, em um contexto em que essas estruturas ainda eram muito mais orgânicas. As metodologias de análise de redes sociais aplicadas pela pesquisadora, inclusive, inspiram diversos outros estudiosos da área, que buscam suas oficinas e livros para se aprofundar no tema³.

Com o passar dos anos, a algoritmização e a monetização dessas estruturas, hoje compreendidas como plataformas, elevaram a conversação em rede a um patamar mais complexo. Como destacam Emily Bell e Taylor Owen em um relatório publicado pela Universidade Columbia

1 – A Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) ofereceu um curso online de 14 a 17 de outubro de 2024.

2 – A palavra infodemia se refere a um grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo devido a um evento específico, sendo amplificado pelas redes sociais, onde se alastra mais rapidamente, como um vírus. (OPAS, 2020)

3 – Recuero é também autora do livro “Introdução à análise de redes sociais” (2017) e é coautora de “Análise de redes para mídia social” (2018), para citar alguns exemplos.

em 2017 sobre os impactos no jornalismo, as plataformas passaram a ditar o formato e o tipo de informação que iria florescer no novo ecossistema (Bell e Owen, 2017). Nos últimos anos, os efeitos deste novo ecossistema informativo se desdobram para além do mercado de comunicação e do jornalismo em particular. Discute-se os impactos no sistema político e nas democracias de modo geral. Por isso a relevância da tese de Recuero sobre a desinformação como sistema. “Não que isso seja necessariamente novo, mas é uma forma mais complexa de lidar com o fenômeno” (Recuero, 2024, p. 177). A autora defende que, para lutar contra a desestabilização do sistema social gerada pela desordem informacional, é preciso refletir criticamente sobre o fenômeno e compreender contra o quê precisamos lutar.

Nas seções seguintes desta resenha, são apresentados os principais elementos que sustentam a tese de Recuero nos cinco capítulos que compõem a obra: a desinformação como sistema; como objeto; como processo; como efeito; e como pensar o combate aos sistemas desinformativos.

Desinformação e sistemas sociais

O primeiro capítulo do livro apresenta a fundamentação teórica da desinformação como problema sistêmico. Recuero (2024, p. 23) sustenta que a desinformação constitui um sistema que busca desestruturar o sistema social para o benefício de alguém ou de outro sistema utilizando-se de estratégias de guerrilha informativa, por exemplo, para desacreditar processos eleitorais, candidatos ou governos.

Para essa abordagem, a autora recorre aos princípios teóricos do pensamento sistêmico. A Teoria Geral dos Sistemas (TGS), trabalhada por Bertalanffy (1975) é uma das referências citadas por sua perspectiva de superação ao pensamento cartesiano: o todo não é a simples soma das partes, e sim um conjunto de partes que interagem e trocam energia entre si e com o ambiente, em constante adaptação, conferindo novas características aos fenômenos analisados. Maturana e Varela (2001) aparecem com a noção de *autopoiesis*, onde a auto-organização dos sistemas é necessária para a manutenção da ordem desses sistemas, conceito útil para pensar na autorregulação na abordagem de sistemas sociais. Também desses autores vem a ideia de acoplamento estrutural, fundamental para a tese apresentada por Recuero na obra. “Sistemas acoplados influenciam-se uns aos outros, em dinâmicas contínuas de adaptação e reorganização. São sistemas em interação, onde um depende também do outro” (Recuero, 2024, p. 26).

Dessa forma, Recuero considera a informação como

um elemento necessário à autorregulação dos sistemas sociais. É algo que circula no sistema e atua para que este consiga manter a sua organização. A desinformação é um conteúdo problemático nesse processo, que prejudica a estabilidade do sistema social. O conteúdo problemático em si não é um sistema, mas é apropriado pela construção de sistemas desinformativos para obter benefícios a partir de sua interferência em outros sistemas.

São os sistemas de desinformação, articulados, sobretudo nas plataformas de mídia social, que são capazes de articular essa desinformação como elemento de guerrilha, buscando criar narrativas, influenciar e manipular o sistema social. A desinformação, portanto, deixa de ser apenas uma informação defeituosa e capaz de produzir ruído para tornar-se algo mais complexo (Recuero, 2024, p. 36).

O sistema desinformativo, portanto, é compreendido pela autora como um sistema acoplado ao sistema de mídia social, que se estabelece sobre as plataformas e é também apropriado por elas.

Desinformação como objeto

No segundo capítulo, Recuero (2024, p. 38) oferece uma revisão conceitual da desinformação como objeto, ou seja, como elemento material, a “informação defeituosa” que circula nos sistemas constituídos pelas plataformas e gera problemas aos sistemas sociais.

O ponto de partida para o conceito de desinformação é o trabalho de Floridi (2005), um dos primeiros autores a apresentar a divisão entre desinformação intencional e não intencional (*disinformation* e *misinformation*), sendo a intencional uma das concepções mais comuns sobre a desinformação como objeto. Fallis (2011) aparece como contraponto a Floridi por ampliar a discussão para uma dimensão semântica: a desinformação se caracterizaria não pela falsidade, mas sim pela construção de uma percepção equivocada da realidade objetiva.

Wardle e Derakshan (2017) são igualmente reconhecidos como pioneiros no uso do conceito no contexto das plataformas de mídia social, trazendo a ideia de desordem informacional. Para eles, a “poluição informativa” é caracterizada por três tipos de conteúdo problemático: *misinformation* (não intencional, pode estar relacionado a interpretações equivocadas, boatos e ironias mal compreendidas); *disinformation* (intencio-

nal, compreendida como a informação fabricada com o propósito de enganar); e *mal-information* (informação maldosa, pode até ser verdadeira, mas é disseminada para atingir um indivíduo ou sua reputação).

A intencionalidade se destaca nessa abordagem conceitual, assim como em uma série de outros trabalhos citados pela autora na literatura sobre desinformação. Recuero aponta para limitações dessa abordagem diante da dificuldade da compreensão quanto à intencionalidade da produção de conteúdos, porém reconhece sua utilidade em demonstrar que há diversidade de conteúdos e que nem sempre eles são constituídos por elementos completamente falsos.

A compreensão da desinformação como conteúdo intencional pode ser abordada de duas formas: como conteúdo intencionalmente produzido para enganar, induzir ao erro ou produzir um determinado efeito sobre uma determinada população; como um conteúdo que é intencionalmente circulado na esfera das plataformas de mídia social para produzir certos efeitos; ou ambos. Porém, o mais importante neste debate, no contexto específico deste livro, é talvez a ideia de que esse conteúdo produz dano. Ou seja, a desinformação é capaz de desconstruir o sistema social, trazendo danos para os indivíduos. Outro aspecto importante é o fato de que essa desinformação é produzida por alguém que se apropria dessas plataformas para, usando o capital social produzido ali, obter um determinado benefício através de um conteúdo que produza dano a outros(Recuero, 2024, p. 43).

A partir dessa ponderação, a autora pontua que a desinformação intencional se refere menos ao conteúdo e mais ao sistema desinformativo, no sentido de sua apropriação como informação problemática que circula nos sistemas sociais. Algumas categorias específicas de conteúdos problemáticos são brevemente conceituadas pela autora, tais como: “fake news”, compreendidas como conteúdos falsos ou enganosos que imitam ou se assemelham a uma notícia para emular credibilidade; teorias da conspiração, que são narrativas, de modo geral, envolvendo “planos secretos” de atores poderosos e grandes corporações para o controle da informação; e a propaganda, associada especialmente à propaganda política calcada na polarização afetiva, apoiada no ódio, que leva à radicalização.

O passo seguinte para a discussão da desinformação como objeto é compreender as gramáticas desinformativas. Recuero o faz a partir da sistematização de

características apontadas na literatura como relacionadas aos conteúdos problemáticos, são elas: sensacionalismo; amplificação e mobilização; fontes falsas ou genéricas; simulação de autoridades públicas; tom conspiratório; identificação com a audiência; estímulo à polarização; descrédito da mídia tradicional e das instituições; negacionismo; seletividade; e atravessamento de outros discursos.

Por fim, a pesquisadora propõe compreender a desinformação como objeto também a partir do conceito de narrativa, pois a capacidade de conteúdos problemáticos desestabilizarem sistemas sociais depende da participação dos atores, segundo as dinâmicas de influência produzidas pelas plataformas de mídia social. “Desse modo, compreender a desinformação como narrativa implica reconhecer a desinformação não como um conteúdo único, isolado, descontextualizado, mas como a construção de realidades históricas que constroem e legitimam a teia de sentidos que amarra uma dada percepção” (Recuero, 2024, p. 76). Trata-se da conexão de fragmentos de conteúdo que remetem a uma memória simbólica construída entre grupos sociais. “Esses fragmentos podem ser constituídos de fake news, conteúdos desinformativos intencionais, propaganda, teorias da conspiração ou menos, conteúdos verdadeiros” (Recuero, 2024, p. 77). Como exemplo, Recuero cita a narrativa antivacina, em que fragmentos desinformativos levaram a uma memória coletiva associada à insegurança da medida, aumentando a hesitação vacinal nos últimos anos.

Desinformação como processo

No terceiro capítulo, a autora trabalha a ideia de desinformação como processo. A base do pensamento é que os conteúdos desinformativos (objeto) fazem parte de um contexto mais amplo de trocas sistêmicas (processo). Para Recuero (2024, p. 83), são três elementos ou subsistemas que, em interação, dimensionam o sistema desinformativo: as plataformas de mídias sociais, as redes sociais e o capital social.

Como plataformas de mídias sociais, a autora define:

(...) ferramentas usadas por um expressivo número de pessoas, pertencentes a uma mesma empresa ou a um conjunto de empresas, que conectam diferentes atores, como pessoas, outras empresas e instituições e que atuam quase como uma entidade supranacional: têm suas próprias regras, forma de governança e moderação, bem como modelos econômicos e APIs que integram vários serviços

e terceiros (D'Andrea, 2020; Gillespie, 2018). (Recuero, 2024, p. 84).

São ferramentas como o Google, conhecido pelo buscador online, além de oferecer sistemas de organização de arquivos e outras ferramentas como Gmail para envio de e-mails e YouTube para publicação de vídeos; ou a Meta, dona de ferramentas de comunicação online como Instagram, Facebook e WhatsApp; ou ainda plataformas menores, como TikTok e LinkedIn. Essas plataformas são a metáfora para a compreensão da infraestrutura econômica que governa a circulação de conteúdos, com o poder de interferir nos sistemas sociais.

A influência das plataformas na sociedade é o que vem sendo chamado por autores como Poell, Nieborg e Van Dijck (2019) de “plataformização”. “As plataformas acabam por inserir-se em todas as estruturas, sejam econômicas, governamentais ou sociais, e reorganizam as práticas culturais, sociais e econômicas das sociedades” (Recuero, 2024, p. 87). Esse processo se dá pela construção de uma infraestrutura de dados e do seu uso em modelos de negócios (todos os rastros deixados pelos usuários, armazenados e processados pelas plataformas), pelos mercados constituídos em torno da interação que ocorre nesses espaços (visibilidade, cliques, compartilhamentos, interações), e pela governança dessas estruturas (algoritmos e monetização).

Recuero revisita o conceito que ela própria lapidou em estudos anteriores para referenciar como grupos sociais e conexões entre esses grupos são constituídas nos espaços digitais, pela interação e construção de laços sociais baseados em confiança e capital social (Recuero, 2009). Esses sistemas de redes sociais digitais, agora, estão também acoplados às plataformas, como sistemas interdependentes. “Essa relação entre os dois sistemas é capaz, por exemplo, de criar ‘audiências’ para além das redes sociais, gerando novos valores para os atores sociais” (Recuero, 2024, p. 94). Laços sociais e capital social de pessoas, instituições e suas representações, com a plataformização, são ressignificados para gerar valor para os atores nas redes — não apenas valor simbólico, mas também financeiro, considerando a monetização da estrutura social pelas plataformas. Isso é uma mudança estrutural significativa.

Os modelos de negócio das plataformas cooptam os modos de construção das redes sociais para transformá-los em lucro. “Assim, esse capital social é modificado, ao mesmo tempo que, em seus sistemas de recompensa, busca gerar incentivos para algum tipo de apropriação” (Recuero, 2009, p. 99). O surgimento da atividade de “influenciador digital” como uma profissão lucrativa ou a possibilidade

de usuários obterem micropagamentos por anúncios são exemplos dessa apropriação. Visibilidade de conteúdos e capacidade de gerar interações entre atores e com a plataforma são valores associados ao capital social nas plataformas, que também se apropriam da reputação de usuários e instituições presentes em suas estruturas, fazendo circular conteúdos de valor para retroalimentar o sistema. “Nesse contexto, não há, necessariamente, espaço para lidar com a variável ‘qualidade de conteúdo’. Aquilo que dá audiência é o que vai ser amplificado” (Recuero, 2024, p. 103). A disputa por atenção, muitas vezes, está por trás da priorização de conteúdos problemáticos, pois tendem a concentrar mais interações.

Após pontuar os três elementos do sistema desinformativo, na segunda parte do capítulo, a autora se dedica às dinâmicas do sistema, divididas em dois tipos: dinâmicas estruturais e de circulação. As estruturais são adaptações para que o sistema mantenha um equilíbrio relativo. A emergência de câmaras de eco e a construção de filtros-bolha são citadas como dinâmicas estruturais, assim como o reforço da polarização e a emergência de estruturas de financiamento. Já as dinâmicas de circulação incluem a construção de influenciadores, redes de *bots*, fazendas de cliques, operações de influência (campanhas coordenadas) e estratégias de legitimação de narrativas.

Não vamos nos deter ao detalhamento de cada uma dessas dinâmicas, pois cada uma enseja uma linha de pesquisa com ampla documentação no sentido de posicionar como a estrutura de recomendações das plataformas de mídias sociais tem produzido efeitos de resistência a conteúdos que desafiam crenças individuais, potencializando a polarização; como os modos de financiamento promovem essas estratégias, muitas vezes fortalecidas de forma artificial, com *bots*, fazendas de cliques e campanhas de guerrilha digital; e como o discurso de legitimação influencia a credibilidade de conteúdos problemáticos no sistema de desinformação.

Como destaca Recuero, compreender os elementos e as dinâmicas da desinformação como processo significa compreender que a desinformação não existe em sua potência sem as plataformas. “É importante entender, portanto, que há sistemas econômicos, políticos, voltados a grupos que buscam influenciar a sociedade, e se apropriam da desinformação como modo de atingir seus objetivos” (Recuero, 2024, p. 129).

Efeitos da desinformação

O quarto capítulo é dedicado a debater o potencial da desinformação em gerar um colapso de outro subsistema social. A falta de confiança nas instituições,

na ciência e o relativismo à factualidade é o primeiro dos efeitos trabalhados pela autora como uma “crise epistêmica” como efeito do sistema desinformativo. A ideia da “pós-verdade” está presente na discussão, assim como o negacionismo associado à distorção de evidências para criar “fatos alternativos” ou sustentar o “revisionismo histórico” e outras estratégias para justificar crenças. Até mesmo a ciência se torna campo de disputa de narrativas como efeito do sistema desinformativo. A definição mais difundida de pós-verdade vem do Dicionário Oxford (2016), como um ambiente em que crenças e emoções são mais determinantes do que fatos e dados para a tomada de decisão. Lucia Santaella (2020) defende que a “pós-verdade” é uma política que reforça preconceitos em uma era em que a verdade deixou de ser um valor social.

A provocação de Santaella está mais relacionada ao efeito de crise institucional identificado por Recuero: “A desinformação passa a ser usada como elemento de campanha eleitoral, fortalecendo, principalmente, uma polarização assimétrica, onde há a emergência de um lado mais radicalizado” (Recuero, 2024, p. 136). A polarização, nesse sentido, é um movimento desigual, tendo o fortalecimento da extrema-direita em vários países sido observado como um efeito do sistema desinformativo em diversos estudos. A autora sublinha que essa conexão entre os sistemas desinformativos e os sistemas políticos é perigosa para a democracia. “Como a polarização tende a radicalizar posições, movimentos populistas tendem a ser cada vez mais radicais em seus discursos e posições” (Recuero, 2024, p. 139).

A crise da soberania também é levantada como um efeito da desinformação. Recuero pontua que o conceito é complexo, sendo geralmente relacionado ao poder de um Estado sobre seu território. Sem aprofundar desnecessariamente o conceito nesta resenha, o ponto em destaque na argumentação da autora é que, não estando as plataformas fisicamente presentes em nenhum território, elas não estão submetidas à atuação de um determinado Estado em termos de legislação e fiscalização. “Ao contrário, funcionam como estados à parte, independente daqueles onde as redes sociais que as apropriam estão. As plataformas, assim, funcionam como um estado para além do estado, tendo suas próprias leis e regras” (Recuero, 2024, p. 141). Sendo o sistema desinformativo um sistema acoplado ao sistema das plataformas, a ameaça à soberania é um de seus efeitos. Isso se torna mais relevante quando condutas mediadas pelas plataformas têm potencial de gerar danos e desestabilizar governos e relações diplomáticas, como ilustram diversas análises envolvendo as guerras

Rússia-Ucrânia e Israel-Palestina, por exemplo.

Por fim, trata-se da crise dos regimes informacionais, onde sistemas desinformativos impactam em questões de saúde pública, economia e meio ambiente. A pandemia da Covid-19 foi um dos casos mais amplamente estudados nos últimos anos, onde restou comprovado como a desinformação teve como efeito o prejuízo na adesão de políticas de prevenção, como a vacina. Um ponto de destaque na argumentação de Recuero é a interseção entre a desinformação em saúde e o discurso político, potencializando a crise. O negacionismo climático é outro exemplo, igualmente associado a crenças e valores ligados a ideologias políticas ou mesmo econômicas, com narrativas calcadas na oposição entre desenvolvimento e preservação, além do descrédito de tragédias ambientais como se fossem desastres meramente “naturais”.

No fechamento do capítulo, a autora discute ainda os efeitos da desinformação no aumento da violência online. No que se refere ao “discurso de ódio” e o assédio online, Recuero (2024, p. 153) argumenta que a desinformação tem o potencial de amplificar e aprofundar a violência simbólica, atingindo mais pessoas e aumentando a divisão social. Além da amplificação da violência, esta tem outro efeito: o silenciamento. Discursos opostos são desencorajados, reforçando a legitimação da violência e criando uma falsa ideia de consenso em torno dessa narrativa. Sem contar o impacto na saúde mental.

Combate à desinformação

No capítulo final da obra, Recuero sustenta que, se a desinformação é um problema sistêmico, o combate aos sistemas desinformativos precisa ser igualmente sistêmico. Isso significa considerar que não há uma única via para o enfrentamento à desinformação, é preciso atuar em várias frentes. A autora se debruça sobre alguns dos principais mecanismos discutidos contemporaneamente como formas para lidar com o problema, destacando pontos fortes e fracos de cada um.

A moderação de conteúdos nas plataformas é considerada por Recuero (2024, p. 158) “um modo popular, mas raramente eficaz” devido ao desafio linguístico e modal dos conteúdos publicados nesses espaços. Como exemplo, cita que regras existentes nas plataformas para moderação de conteúdos sobre políticas de saúde trazem a noção de dano potencial para a audiência, e que “dano” é uma ideia complexa e subjetiva, portanto insuficiente para limitar conteúdo desinformativo. Há problemas com o viés interpretativo dos conteúdos, pelo risco de se aproximar com práticas de censura. A automatização dos processos, por

sua vez, em muitos casos faz com que conteúdos sejam retirados do ar sem que os usuários possam apontar falhas nos algoritmos, mesmo utilizando os canais supostamente corretos. A responsabilização de usuários e das plataformas, embora complexa, seria fundamental, pois a moderação ainda é uma das poucas formas de conter a desinformação antes que o conteúdo problemático consiga se espalhar.

A checagem é outro instrumento conhecido para combater a desinformação material, ou seja, o conteúdo problemático em si. A prática de *fact-checking* emprega metodologias de apuração jornalística na busca por fontes científicas e dados públicos de órgãos oficiais que possam confirmar informações (Seibt, 2021). Um dos problemas dessa medida, segundo Recuero (2024, p. 161), é que ela é sempre posterior à circulação do conteúdo problemático. Inclusive, um dos critérios para que um conteúdo seja selecionado para checagem, é a visibilidade. Outras dificuldades são a impossibilidade de checagem de alguns tipos de conteúdo, pela ausência de elementos verificáveis com essa metodologia (Seibt *et. al.*, 2022), e as barreiras de validação da checagem em grupos muito radicalizados. Mas há vantagens. O princípio da transparência e o embasamento em fontes oficiais e dados permitem desconstruir conteúdos fabricados ou manipulados e poderia até mesmo fortalecer o jornalismo como instituição. “Outro ponto fundamental é que a checagem também acaba por conquistar um papel de educação da audiência, explicando os pontos da desinformação para suas audiências (Nascimento, 2021)” (Recuero, 2024, p. 164).

A educação midiática e o letramento digital e informacional são medidas consideradas mais sistêmicas pela autora, pois focam na preparação dos sistemas sociais para lidar com os sistemas desinformativos. Com as nuances e especificidades de cada conceito, o que esses “letramentos” trazem é a necessidade de formação dos atores sociais, principalmente aqueles agentes centrais em eventos com potencial desinformativo. “Por exemplo, em eventos de saúde, é essencial a presença de agentes de saúde, autoridades e outros com alguma formação a respeito das narrativas e sistemas desinformativos” (Recuero, 2024, p. 167). Não basta fazer uma campanha de vacinação, é preciso trabalhar também na desconstrução da desinformação entre médicos e enfermeiros, nos quais a população confia (Recuero, 2024, p. 174).

Outro ponto importante é a regulação. A autora percorre diversos movimentos recentes na União Europeia e no Brasil para legislar a respeito de dados pessoais, monetização de conteúdos e campanhas eleitorais, reconhecendo sua importância e suas limitações. Especialmente a ineficácia das plataformas em cumprir determinações para retirar conteúdos problemáticos. Os países precisam legislar, mas precisam também garantir a

aplicação dos atos normativos. É preciso que também as tentativas de regulação estejam em constante adaptação.

Em vias de conclusão, Recuero (2024, p. 173) reforça que as estratégias precisam ser combinadas, de forma a tornar resilientes o sistema social e o das plataformas para que o sistema desinformativo falhe. Isso passa, no âmbito social, pelo letramento digital e informacional. No âmbito informativo, exige evitar vácuos de informação, pois é na “ausência de informação que a desinformação encontra maior impacto” (Recuero, 2024, p. 174). No âmbito das plataformas, mais transparência e responsabilidade no tratamento de dados pessoais, mecanismos melhores de identificação e redução de conteúdos problemáticos, e desmonetização de influenciadores que lucram com a desinformação (Recuero, 2024, p. 175). Mas, como já se destacou, é fundamental que o sistema de combate à desinformação esteja aberto à evolução. “O sistema desinformativo vai buscar adaptar-se a tentativas de regulação e educação. Vai evoluir. É preciso que a sociedade e o estado estejam preparados para evoluir, também, os sistemas de combate” (Recuero, 2024, p. 175).

Conclusão

O livro de Raquel Recuero, objeto desta resenha, configura uma obra de referência para o debate sobre desinformação não apenas no âmbito de estudos acadêmicos. Trata-se de uma discussão fundamentada, útil à proposição de políticas públicas e projetos sociais comprometidos com um sistema social resiliente à desinformação. Em especial, é um livro basilar para a formação de educadores e educandos das diferentes áreas do conhecimento, visto que a desinformação, como objeto e como sistema, produz efeitos múltiplos e transversais na sociedade, exigindo ações combinadas e transdisciplinares para seu enfrentamento. Pode, ainda, ser lido como um texto de entrada para o aprofundamento em estudos mais específicos, visto que apresenta um panorama das linhas de pesquisa, abordagens teóricas e conceitos em voga na problematização da desinformação em plataformas de mídia social.

A tese apresentada pela autora guia uma reflexão informada sobre o contexto contemporâneo da comunicação em plataformas digitais, considerando as transformações não apenas técnicas, mas de mercado, e seus consequentes impactos sociais. Como sistema acoplado ao sistema das plataformas de mídia social, a desinformação desorganiza o sistema social, podendo levar ao colapso de instituições sociais, incluindo a democracia. Compreender essa complexidade é fundamental para a construção de um sistema de enfrentamento à desinformação como objeto e como processo, de modo a tornar o sistema social resiliente aos seus efeitos.

Referências

- BELL, E.; OWEN, T. 2017. The platform press: how Silicon Valley reengineered journalism. Nova York: Columbia Journalism School. Disponível em: https://www.cjr.org/tow_center_reports/platform-press-how-silicon-valley-reengineered-journalism.php. Acesso em: 19/03/2025.
- BERTALANFFY, L. 1975. Teoria Geral dos Sistemas. Petrópolis, Vozes, 180p.
- FALLIS, D. 2011. Floridi on Disinformation. *Ethics and Politics*, XIII, v. 2, pp. 201-214.
- FLORIDI, L. 2005. Is Semantic Information Meaningful Data?. *Philosophy and Phenomenological Research*, 70(2), 351–370. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40040796>. Acesso em: 19/03/2025.
- MATURANA, H.; VARELA, F. 2001. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo, Palas Athena, 283p.
- NASCIMENTO, F. L. 2021. Entendendo o fact-checking como uma ferramenta para promoção de literacia midiática no contexto luso brasileiro. *E-Revista de Estudos Interculturais*, v. 3, n. 9. Disponível em: <https://parc.ipp.pt/index.php/e-rei/article/view/4220>. Acesso em: 19/03/2025.
- OPAS. 2020. Entenda a Infodemia e a Desinformação na luta contra a COVID-19. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52054>. Acesso em: 18/03/2025.
- Oxford Living Dictionaries (n/d). Post-truth. In: *Oxford Living Dictionaries*. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/definition/post-truth>. Acesso em: 19/03/2025.
- POELL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J. 2019. Platformisation. *Internet Policy Review*. Vol. 8, n. 4, pp. 1-13. Disponível em: <https://policyreview.info/pdf/policyreview-2019-4-1425.pdf>. Acesso em: 13/03/2025.
- RECUERO, R. 2017. *Introdução à análise de redes sociais*. Salvador: EDUFBA, 80p.
- RECUERO, R.; BASTOS, M.; ZAGO, G. 2018. *Análise de Redes Para Mídia Social*. Porto Alegre, Sulina, 182p.
- RECUERO, R. 2021. Desinformação, mídia social e COVID-19 no Brasil. Pelotas: MIDIARS - Grupo de Pesquisa em Mídia Discurso e Análise de Redes, 50 p. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/midiars/files/2021/05/Desinformac%C3%A7%C3%A3o-covid-midiars-2021-1.pdf>. Acesso em: 18/03/2025.
- RECUERO, R. 2024. *A rede da desinformação: sistemas, estruturas e dinâmicas nas plataformas de mídias sociais*. Porto Alegre, Sulina, 216 p.
- SANTAELLA, L. 2020. *A pós-verdade é verdadeira ou falsa?* Barueri, Estação das Letras e Cores, 92p.
- SEIBT, T. 2021. Fact-checking. In: ZAMIN, A.; SCHWAAB, R. (org). *Tópicos em Jornalismo: redação e reportagem*. Florianópolis, Editora Insular, 372p.
- SEIBT, T.; VEGA-OLIVEROS, D. A.; ROCHA, A. 2022. Automatização no fact-checking: pensando a prática de verificação a partir de agrupamentos semânticos de frases verificadas pelo Projeto Comprova. *Fronteiras - estudos midiáticos*, v. 24 n. 2. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/23864>. Acesso em: 19/03/2025.
- WARDLE, C.; DERAKHASHAN, H. 2017. Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Council of Europe Report, 109 p. Disponível em: <https://edoc.coe.int/en/media/7495-information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research-and-policy-making.html>. Acesso em: 19/03/2025.